CÂMARA MUNICIAPL DE NÍSIA FLORESTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PALÁCIO ALMIR DA SILVA LEITE
Rua Terezinha da Silva Leite, N° 11- conj. Carlos Gondim
Fone: 3277-2201

ATO DA MESA N.º 001/2005

Promulga a consolidação e as alterações realizadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Nísia Floresta/RN, conforme disposição da Resolução de n.º 003/2005, de 14 de novembro de 2005.

O Presidente da Câmara Municipal de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO saber que a Mesa da Câmara Municipal aprovou e Eu, promulgo o seguinte Ato:

Art.1° - O Regimento Interno da Câmara Municipal de Nísia Floresta/RN passa a vigorar conforme disposto no texto em anexo, consolidado e alterado de acordo com as disposições contidas na de Resolução n.º 003/2005 de 14 de novembro de 2005, aprovada em 02 (duas) Sessões.

Art.2° - O presente Ato será publicado nos Quadros de avisos desta Casa, Prefeitura, Fórum Municipal e demais prédios públicos, com texto em anexo que substituirá para todos os fins o texto original, providenciando a Mesa a confecção de nova edição.

Art. 3° - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nísia Floresta/RN, Palácio Cícero Antônio da Trindade, em 28 de novembro de 2005.

Vereador CID CARVALHO FERREIRA
Presidente da Câmara

RESOLUCAO n.º 003/2005

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nísia Floresta/RN.

O Presidente da Câmara Municipal de Nísia Floresta, Estado do Rio Grandedo Norte.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte Resolução:

TÍTULO I
Da Câmara Municipal
Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Art. 1°. A Câmara Municipal de Nísia Floresta/RN é a representação do Poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos de acordo com a legislação eleitoral vigente, tem sede na cidade de Nísia Floresta e funciona no Palácio Cicero Antônio da Trindade.

Art. 2°. A Câmara Municipaltemfunções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em Lei ereguladas neste Regimento Interno.

§1°. A função Institucional é exercida pelo ato de posse do Vereadores, doPrefeito e do vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos,da comunicação a Justiçaeleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§2°. Afunção Legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas a Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos e Resoluções legislativossobre matérias da competência do Município.

§3°. A função Fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobrefatos sujeitos a fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execuçãoorçamentária do Município, exercido pela Comissãode finanças, Orçamento e prestação de contas, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§4°. A função Julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio doTribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito edos Vereadorespor infrações político-administrativas.

§5°. Afunção Administrativa é exercida também no âmbito da Secretaria daCâmara, restritaa sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviçosauxiliares e aos Vereadores.
§6°. A função Integrativa é exercida pela participação da Câmara na soluçãode problemas da comunidade,diversos de sua competência privativa e naconvocação da comunidadepara participar da solução de problemas municipais.
§7°. A função deAssessoramento é exercida por meio de indicações do Presidente da Câmara, sugerindo medidas de interesse público.
§8°. As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

Art. 3°. A sede da Câmara Municipal está localizada na Praça Coronel José de Araújo, s/n, Nísia Floresta/RN, onde serão realizadas as sessões ordinárias eextraordinárias, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local sem préviaautorização da Mesa Diretora, observado o art. 124 e seu parágrafo único, desteRegimento.
§1°. No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos ásfunções da Câmara, salvo nos casos em que o Presidente ceder o local para reuniõescívicas, culturais e partidárias, ou de interesse público.
§2°. As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara Municipal por determinação da Mesa Diretora.

Art. 4. Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.

Art. 5. A câmara Municipal reunir-se-áordinariamente de 15 fevereiro à 15de dezembro, sempre às segundas feiras, podendo ser modificado o dia das reuniões,por decisão de 2/3 dos integrantes da Casa.
§1°. Os períodos de 1° a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereirosão considerados como recesso legislativo.
§2°. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou pontofacultativo.

CAPÍTULO II

Das Sessões Preparatórias e da Posse

SEÇÃO I
Da sessão de Instalação e Posse

Art. 6°. A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial às 16:00 horasdo dia 1° de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presididapelo Vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares comoSecretario, para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 7°. Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse nasessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio pelo Secretário, sendo assinada pelos empossados e demaispresentes, se estes assim o desejarem.
§1°. No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: **"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUICAO FEDERAL, A CONSTITUICAO DO ESTADO E A LEI ORGANICA DO MUNICIPIO, OBSERVAR AS LEIS. CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICIPIO E BEMESTAR DO SEU POVO".** Em seguida, o Secretário fará chamada de cadavereador, que de pé, com o braço estendido para frente, declarara em voz alta:**ASSIM EU PROMETO**".
§2°. Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidentedeclarará empossados os vereadores proferindo em voz alta:
'DECLAROEMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO'.
§3°. Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da MesaDiretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado.
§4°. Após a eleição da Mesa Diretora, conhecido seu resultado, o Presidenteproclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.
§5°. Após a eleição de Posse da Mesa Diretora, O presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Primeiro Secretário.
§6°. Terminada a posse do Prefeito e Vice-prefeito o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entrega da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.
§7°. Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.
§8°. Não havendo quórum para se proceder a eleição, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito, Vice-Prefeito Vereadores eleitos para tomarem posse, Convocando sessões diárias sempre às 10:00 horas, até que se processa à eleição normal e posse da Mesa.

Art. 8°. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 6° deste Regimento deverá fazê-lo dentro do prazo 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

SEÇÃO II
Da Inauguração da Sessão Legislativa Anual

Art. 9°. No dia 15 de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á às 10:00 horas, em sessão de cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.
§1°. Na primeira parte da sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagemdo Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara.
§2°. Na segunda parte o Presidente facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguidaa Sessão.

TÍTULO II

Dos Órgãos da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Mesa da Câmara

SEÇÃO I

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Art. 10°. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e segundo secretários, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação secreta.

Art. 11°. O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente.

Art. 12°. A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 13°. As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até 02 (duas) horas antes da eleição.
§1°. Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenhamos nome completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário e 2 Secretário.
§2°. O vereador só poderá participar de uma chapa, e, mesmo no caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.
§3°. Se no dia da eleição, até o prazo previsto no art. 13, não houver nenhuma chapa inscrita legalmente, não poderá ser feita a inscrição de qualquer chapas para a eleição a que se reporta o referido artigo sob pena de nulidade devendo ser represada nova data.
§4°. Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ãopara a votação,cédulas de papel, datilografadas ou impressas, contendo os nomes que comporão asrespectivas chapas, seguidos dos cargos pela ordem, as quais serão depositadas emurna própria.

Art. 14°.A eleição da Mesa para o segundo biênio, far-se-á até a penúltima sessão ordinária da Segunda Sessão Legislativa considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1° de janeiro do ano subsequente.

Art. 15°. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores ainda que tenham participado da Mesa ocupando o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.

Art. 16°.O suplente de Vereador convocado não poderá se candidatar para qualquer da Mesa, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 17°.Se nenhum candidatoobtiver maioria absoluta de votos, entre os presentes, proceder-se-á mediatamente, a novo escrutínio no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 18°. Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

Art. 19°. Modificar-se-á a composição permanente daMesa ocorrendo vagaem qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 20°.Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Quando:
I – extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
II – for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;
III - licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada por Médico da rede pública oficial,com poderes para fornecer o respectivo atestado.
IV- Houver renúncia do cargoda Mesa pelo titular com aceitação do plenário.

Art. 21°.A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1° Secretário exceto no caso previsto no parágrafoúnico do art. 23 deste Regimento, quando o Plenáriodeliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.

Art. 22°.A destituiçãode membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para finsilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquerVereador assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

Art. 23°. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1° sessão ordinária seguinte aquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos artigos 11 a 17.

Parágrafo Único - No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no "caput'" deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.

SEÇÃO II

Da Competência da Mesa

Art. 24°.A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 25°. Compete Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:
I – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, Transformação ou extinção doscargos, empregos e funções extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

II - apresentar Projeto de Lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
III - apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;
IV - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;
V - representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do município;
VI - baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados as despesas da Câmara;
VII - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;
VIII - Proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;
IX - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente para sua incorporação às contas do Município;
X – proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;
XI - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;
XII - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;
XIII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da edilidade;
XIV - Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

Art. 26°.O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1° e 2° Secretários, respectivamente.

Art. 27°. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso entre os presentes, que convidará qualquer dos demais Vereadores para a função de Secretário, sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do 1° e 2° Secretários.

Art. 28°.A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação préviade assuntos que serão o objetoda deliberação da edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

SEÇÃO III
Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 29°.O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 30°.Compete ao Presidente da Câmara:

I – exercer em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos caos previstos em Lei;

II – representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandato de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

III - representar a Câmara junto ao Prefeito, ás autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;

IV - credenciar agente de imprensa, radio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;

VI – conceder audiências ao Público, a seu critério, em dias e hora prefixados;

VII – requisitar a força, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;

VIII – empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando se tratar de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos mesmos perante e Plenário;

IX - declarar extintos os mandatos dosPrefeitos, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em Lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decretolegislativo de cassação do mandato;

X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI - declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XII - assinar, juntamente com o 1° Secretario, às resoluções e decretos legislativos;

XIII - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições;

a) Convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;
b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
c) Anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;
d) Determinar a leitura, pelo vereador 1°Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário na conformidade do Expediente de cada sessão;
e) Cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do dia;
f) Manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) Resolver as questões de Ordem;
h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos caos omissos;
i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
j) Proceder à verificação do quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;
l) Encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;

XIV –praticar os atos essenciais de intercomunicações com o Executivo notadamente;

a) Receber as mensagens de proposta legislativa. Fazendo-as protocolar;
b) Encaminhar ao Prefeito por protocolo, os Projetos de Lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, para explicações, na forma regular;
d) Requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;
e) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI – ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o tesoureiro;

XVII – determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII – apresentar ou colocar à disposição do Plenário, o balancete da Câmara dos meses anteriores;

XIX – administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo, vantagens legalmente autorizados, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa área de sua gestão;

XX – mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XXI – exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXII – autografar os Projetos de Lei aprovados, para sua remessa ao Executivo;

XXIII – zelar para que os gastos da Câmara Municipal não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na Legislação Federal aplicável.

Art. 31°. O presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casosprevistos em Lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticarqualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 32°.O Presidente da Câmarapoderá oferecer proposições ao plenário, mas deverá afastar-se da direçãoda Mesa quando estiverem as mesmas emdiscussão ou votação.

Art. 33°. O presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

I –na eleição da mesa;

II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III –no caso de empate, nas votações públicas e secretas.

Art. 34°.O vice-presidente da Câmara salvo o disposto no art. 35 e seu Parágrafo Único e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente nas faltas e impedimentos, pela ordem.

Art. 35°.O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se também, às Leis Municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação subsequente.

Art. 36°. Compete ao 1° secretário:

I – organizar o Expediente e a Ordem do dia;

II – fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinados pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III – ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V – elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;

VI – certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII – registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

VIII – manter à disposição de Plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequente, devidamente atualizados;

IX – manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;

X – cronometrar o tempo das sessões e o uso da palavra pelos Vereadores;

Parágrafo Único - Compete ao Segundo Secretáriosubstituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões em Plenário.

SEÇÃO IV
Das Atribuições do Plenário

Art. 37°.O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§1°. Local é o recinto de sua sede.

§2°.A forma legal para deliberar é a sessão.

§3°.Número é o quórum determinado nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações.

§4°. Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;

§5°.Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 38°. São atribuições do Plenário:

I - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as Leis municipais;

II - votar o orçamento anual, a Lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;

III - legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;

IV - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;

V - autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;

VI – autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VII – autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;

VIII – dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;

IX - autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais bem como, dispor sobre moratória e benefícios;

X - votar os projetos de Lei do Executivo que dispõe sobre a criação, alteração e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos;

XI - dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XII - dispor sobre a fixação da zona urbana e da expansão urbana;

XIII - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;

XIV –estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de normas de competência do município;

XV - estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;

XVI - fixar o subsídios dos vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal.

Parágrafo Único – é de competência privativa do Plenário, entre outras:

I - eleger os membros de sua Mesa destituí-los na forma regimental;

II –elaborar e votar seu Regimento Interno;

III – organizar os seus serviços administrativos;

IV – conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;

V – autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 dias;

VI – criar comissões permanentes e temporárias;

VII – apreciar vetos;

VIII – cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;

IX – tomar e julgar as contas do Município;

X – conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

XI – requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XII – convocar os Secretários para prestar informações sobre a matéria de sua competência.

CAPÍTULO II

Das Comissões

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 39°. As comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse de administração, com as seguintes denominações.

I – Comissões Permanentes;

II – Comissões Especiais;

III – Comissões Processantes;

IV – Comissões de Representações;

V – Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 40°. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores, e prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.

§1°. Na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§2°.O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.

§3°.A Mesa da Câmara não poderá participar das Comissão Permanentes sob qualquer hipótese.

SEÇÃO II

Das Comissões Permanentes

Art. 41°.Ás Comissões Permanentes incumbe:

I – estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

II – discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do Plenário, nos termos do art. 43 desde Regimento Interno.

Parágrafo Único – As comissões Permanentes são as seguintes:

I – Legislação, justiça e Redação Final;

II – Finanças, Orçamentos e Prestação de Contas;

III – Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio, Turismo, Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 42°. As Comissões Permanentes, no âmbito de suas atribuições, cabe, se assim o quiserem, para posterior discussão e a deliberação do plenário, nos termos da Lei Orgânica do Município, discutir e votar Projetos de Lei, exceto quanto a:

I - projeto de Lei complementar;

II -projetos de iniciativa de Comissões;

III – projetos de códigos, estatutos e consolidações;

IV – projetos de iniciativa popular;

V – projetos que tenham recebido pareceres divergentes;

VI – projetos em regime de urgência;

VII – alienação ou concessão de bens imóveis municipais;

VIII – alterações do Regimento Interno;

IX – autorizações para todo e qualquer tipo de operação de natureza financeira de interesse do Município, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Municipal;

X – projetos que instituam impostos previstos na Lei Orgânica do Município;

XI – proposta de emenda à Lei Orgânica.

XII – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária anual.

§1°. Nas matérias em que as Comissões Permanentessejam competentes paradiscutir e votar, encerrada a discussão e a votação, a decisão da Comissão será, emseguida, comunicada ao Presidente da Câmara que imediatamente dará ciência aoPlenário para discussão e votação com ou sem recurso e publicará nas dependências da Câmara Municipal; e não havendo interposição de recurso, o Projeto será encaminhado para a sanção e promulgação se aprovado, em caso contrário, arquivado pela Câmara.

§2°. Havendo interposição de recurso para discussão e votação da matéria peloPlenário da Câmara, o mesmo deverá ser feito no prazo de 03 (três) dias, contadosda ciência dada ao Plenário, referida no parágrafo anterior, assinado por 1/3 dos membros da Câmara e dirigido ao Presidente da Casa.

§3°. Aplica-se à tramitação das proposições submetidas à deliberaçãoconclusiva das Comissões Permanentes, as disposições relativas a turnos, prazos,emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas àapreciação do Plenário.

SEÇÃO III

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Art. 43°. Os membros das ComissõesPermanentes serão eleitos na sessãoseguinte à da eleição da Mesa, para toda a legislatura, mediante votação emescrutínio público, através de cédulas previamente elaboradas, impressas oudatilografadas, contendo os nomes dos Vereadores indicados pelos seus líderes, alegenda partidária e as respectivas Comissões.

§1°. Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos não podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes;

§2°. O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 02 (duas) Comissões Permanentes;

Art. 44°. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituiçãodo membro, observar-se-á a condição prevista no §1° do art. 40 deste Regimento.

Art. 45°. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso nãocompareçam, em cada sessão legislativa, à três reuniões consecutivas ordinárias ou

acinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo o motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo Único - A destituição dar-se-á por simples petição qualquerVereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovara autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

Art. 46°. As vagas nas Comissões Permanentes por impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas peloSuplente da Comissão.

SEÇÃO IV

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 47°. As Comissões Permanentes só poderãoreunir-se em regime de urgênciaespecial, no períododestinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de oficio, pelo Presidente da Câmara.

Art. 48°. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso reunião Ordinária da Comissão.

Parágrafo Único - As convocações extraordinárias das Comissão, fora da reunião, serão sempre por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 49°. Das reuniões de comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em livro próprio, pelo secretário incumbido de assessora-la, as quais serão assinadas pelosseus respectivos Presidentes.

Art. 50°. Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:

I – Convocar reuniões extraordinárias da Comissão;

II – presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III – receber as matérias destinadas à Comissão;

IV – fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V – representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI – conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de Urgência;

VII – avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

Art. 51°. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 52°. É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§1°.O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.

§2°.O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 53°. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único – Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à comissão, que se manifestará no prazo de dez dias.

Art. 54°. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 55°. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, nas situações deque trata o artigo anterior e quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na hipótese prevista no§2° do art. 118 deste Regimento.

SEÇÃO V

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 56°. **Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final,** Manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição emcontrário deste Regimento.

§1°. Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer contrário for pela unanimidade dos membros da Comissão.

§2°. Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§3°.A Comissão de Legislação, Justiça, e Redação Final manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§4°. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendidaa colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

I – organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
II – criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;
III – aquisição e alienação de bens imóveis do Município;
IV – concessão de licença ao Prefeito;
V – alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
VI – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
VII – Veto;
VIII – emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
IX – concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
X – todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art. 57°. Compete a Comissão de Finanças, Orçamento e Prestação de contas opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

I - diretrizes orçamentarias;
II - proposta orçamentaria e o plano plurianual;
III - matéria tributária;
IV - abertura de créditos, empréstimos públicos;
V-proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;
VI - proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;
VII - fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;
VIII - fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
IX - prestação de contas.

Art. 58°. Compete a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comercio, Turismo, Educação, Saúde e Assistência Social, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I -código de obras e código de posturas;
II - plano diretor e de desenvolvimento integrado;
III-aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;
IV - quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
V - atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do município.
VI-assuntos educacionais, artísticos e desportivos;
VII -concessão de bolsas de estudo;

VIII – patrimônio histórico;
IX – saúde pública e saneamento básico;
X – assistência social e previdenciária em geral.
XI – reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistência social;
XII – implantação de centros comunitários sob auspício oficial;
XIII – declaração de utilidade pública municipal a entidades que possuam fins filantrópicos.

Art. 59°. O estudo de qualquer matéria, pelas comissões permanentes, poderá ser feito em reunião de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo Único – Nas reuniões conjuntasobservar-se-á as seguintes normas:
I - em cada Comissão deverá estar presente à maioria de seus membros;
II - o estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;
III - cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;
IV - o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

Art. 60°. É vedadoa qualquer Comissão manifestar-sesobre aconstitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, exceto quando houverembasamento legal para tanto.

Art. 61°. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Finalmanifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitara audiência de outra comissão,com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafoúnico do art. 59 deste Regimento.

SEÇÃO VI
Das Comissões Especiais, processantes e de Representação

Art. 62°. As **Comissões Especiais** destinadas a proceder o estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por
maioria absoluta, propostapela Mesa ou mediante requerimento de, pelomenos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo paraapresentação do relatório de seus trabalhos.

§1°. O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores,feitos pelos representantes partidários ou blocos formados fará constar na

resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§2°.A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§3°.A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seuPresidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seusmembros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de Lei, de Resolução oude Decreto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo, que deverá conter aassinatura de, pelo menos, dois de seus membros.

§4°. No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peçasdocumentais existentes, para o seu arquivamento.

§5°. Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seuvoto por escrito e devidamente fundamentado.

Art. 63°. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstasna Lei Federalaplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art. 64°. As**Comissões de Representação**serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou faro do território do Município e atender as disposições previstas no art. 41 deste Regimento.

SEÇÂO VII

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 65°.A Câmara Municipal, medianterequerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará**Comissão Parlamentar de Inquérito** que funcionará na sede da Câmara, através de resolução baixada pela Presidência, no prazodequarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento em Plenário, paraapuraçãode fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazocerto, que nãoserá superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, ajuízo do Plenário, a qual terá poderes de investigaçãopróprios das autoridadesjudiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§1°. Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, queestiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação daComissão.

§2°.O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados fará constar na

Resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§3°.Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§4°. Todos os atos e diligencias da Comissãoserão transcritos e autuados emprocesso próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendotambém a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentosde autoridades ou de testemunhas.

§5°.A Comissão Parlamentar deInquérito, através da maioria de seusmembros, no interesse da investigação poderá:

I -proceder vistorias e levantamentos nas repartiçõespúblicas municipais eentidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II-requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

§6°. No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito,através de seu Presidente:

I - determinar as diligências que achar necessária;

II-requerer a convocação de secretários municipais;

III - tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder asverificaçõescontábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§7°. As testemunhas serãointimadas e deporão sob as penas do falsotestemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, semmotivo justificado, a intimaçãoserá solicitada ao juiz criminal da Câmara onde asmesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§8°. Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda a apuraçãojá realizada, salvo se,antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igualperíodo e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, emsessão ordinária da Câmara.

§9°.Não se criaráComissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiveremfuncionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§10°. Qualquer vereador poderá comparecer ás reuniões da ComissãoParlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I - não tenha participaçãonos debates;

II - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

III - não manifeste apoio ou desapropriação ao que se passa no recinto;

IV atenda ás determinações do Presidente.

§11°.A Comissãoconcluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

I-a exposição dos fatos submetidos àapuração;

II - a exposição e análise das provas colhidas;

III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentaçãolegal;

VI – a indicação das autoridades que tiverem competência para a doação das Providencias reclamadas.

§12°. Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaboradopor um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem oredigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§13°. Na votação do relatório, os membros da Comissãopoderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§14°.O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no PequenoExpediente da primeira sessãoordinária seguinte, o qual independerá de apreciaçãodo plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com asrecomendações nele propostas.

§15°. A secretaria da Câmaradeverá fornecer cópia do relatório final daComissão Parlamentar de Inquérito ao vereador que a solicitar, independente de requerimento.

TÍTULO III

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

SEÇÂO I

Do Exercício da Vereança

Art. 66°. Os Vereadores são agentes políticosinvestidos do mandatolegislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcionalpor voto secreto e direto.

Art. 67°.É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do plenário, salvoquando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará aoPresidente;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanente;

III - apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV -concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem ointeresse do município, ou em oposição que julgar prejudiciais ao interesse público,sujeitando-se ás limitaçõesdeste Regimento.

SEÇÃO II

Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art. 68°.É vedado ao Vereador:

I- desde a expediçãodo diploma:

a) firmar ou manter contrato com o município com suas autarquias, fundações,empresas Públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionarias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer as cláusulasuniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público eobservado o disposto do art. 38 da ConstituiçãoFederal.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função o ou emprego, na Administração Pública Direta ouIndireta do Município, de que seja exonerado '*ad natun'*, salvo o cargo deSecretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favordecorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nelaexercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquerdas entidades a que se refere aalínea "a" do inciso I deste artigo.

Art. 69°. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II -cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentarou Atentatório ás instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandatopara a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, àterça partedas sessõesordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licençaou missãoautorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI-que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

§1°. Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pelaCâmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou dePartido Políticorepresentado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§2°. Nos casos previstos nos incisos III e VI, a perda será declarada pela Mesada Câmara, de oficio ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou dePartidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.

§3°.O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos l° e2° deste artigo, o estabelecido em Lei federal, na Lei Orgânica doMunicípio e neste Regimento Interno.

§4°. Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso quedeva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providênciasseguintes, conforme a gravidade:

I - advertência em Plenário;

II - cassação da palavra;

III - determinação para retirar-se do Plenário;

IV-suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;

V-proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§5°. Considera-se atentatório do decoro parlamentar, quando o detentor douso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenhamincitamento à prática de crimes.

§6°.Éincompatível com o decoro parlamentar.

I - o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves do desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

SEÇÃO III

Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art. 70°. As **infrações** definidas nos parágrafos 5° e 6° do artigo anterior,acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;

III –perda do mandato.

Art. 71°. A censura será verbal ou escrita:

§1°.A **censura verbal**será publicada em sessão pelo Presidente da Câmara oude Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

I – inobservaros deveres inerentes do mandato ou os preceitos desteRegimento;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências daCasa;

III - perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniõesdas Comissões.

§2°.A **censura escrita** será impostapela Mesa ao vereador que:

I - na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias dodecoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, poratos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivosPresidentes.

Art. 72°. Considera-se incurso na sanção de perda **temporária do exercício**do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

I - reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo anterior;

II - praticartransgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissãohaja resolvido, devam ficar secretas;

IV- revelar informações e documentos oficiais de cateter reservado, de quetenham tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar sem motivo justificado, a cinco sessõesordinárias consecutivas ou a dez intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

§1°. Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, emescrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.

§2°. Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de oficio, o máximo dapenalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

SEÇÃO IV

Da Suspensão do Exercício da Vereança

Art. 73°. Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declaradopeloPresidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dosdireitos ou condenação com pena acessória especifica;

II - deixar de tomar posse,sem motivo justificado, perante a CâmaraMunicipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8° deste Regimento;

III - deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte dassessõesordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada,licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cincosessõesextraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, para apreciação dematéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos oscasos, assegurada ampla defesa;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos emLei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casossupervenientes, no prazo fixado em Lei ou neste Regimento.

Art. 74°.A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo Único – Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o suplente deVereador, o Prefeito Municipal ou o Presidente do PartidoPolítico, poderá requerer a declaraçãoda extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a lei federal.

Art. 75°. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firmareconhecida, reputando-se aberta à vaga a partir da sua leitura em Plenário pelodetentor do mandatoou pelo l° Secretário.

SEÇÂO V

Do Processo Destituitório

Art. 76°. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em faceda prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre oprocessamento da matéria.

§1°. Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será autuada pelo 1° Secretario, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 quinzedias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lheenviada cópia da aacusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§2°. Se houver defesa anexada à mesma com os documentos que aacompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante paraconfirmar a representação ou retira-la no prazo de 05 (cinco) dias;

§3°. Se nãohouver defesa ou se havendo e o representante confirmar aacusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-ásessãoextraordinária para a apreciação da matériana qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado;

§4°.Nãopoderá funcionar como relator o membro da Mesa.

§5°. Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuva-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§6°. Finda a inquirição, o Presidente da Câmara a concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado eo relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§7°. Se o Plenário decidir por 2/3 de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação,

Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II

Das Licenças, das Vagas

Art. 77°. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido aPresidência, nos seguintes casos:

I-por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;

II -para tratar de interesse particular, conforme dispuser a Lei Orgânica;

III - para desempenhar missõestemporárias e de caráter cultural ou deinteresse do Município.

§1°. Ao vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmarapoderádeterminar o pagamento de auxilio especial, no valor queestabelecer e na forma queespecificar, através de resolução.

§2°. Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal.

§3°. Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licençaou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.

§4°. Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente daCâmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de 15(quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pelaCâmara, quando se prorrogará o prazo.

§5°. Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmaracomunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao TRE, a quem competerealizar eleiçãopara preenche-la se faltarem mais de 18 (dezoito) meses para otérmino do mandato.

§6°. Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPITULO III

Dos Líderes

Art. 78°. Os partidos políticospoderão indicar e vice-líderes naCâmara, que serão seus
Porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art. 79°. A indicação dos líderesserá feita em documento subscrito pelosmembro das representaçõesmajoritárias, minoritárias, blocos parlamentares oupelos Partidos Políticos, a Mesa nas 48 (quarenta e oito) horasque se seguirem àinstalação do primeiro período legislativo anual.

§1°. Oslíderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento a Mesa da Câmara;

§2°. Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;

§3°.Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;

§4°. Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no "caput" deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de Sessão Ordinária da Câmara;

§5°.Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.

Art. 80°. Os líderes terão 1/3 a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 156, itens I a IV deste Regimento.

Parágrafo Único - Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por 05 (cinco) minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e impedimentos

Art. 81°. As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 82°. São impedimentos do vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Dos Subsídios dos Vereadores

Art. 83. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, no último ano legislatura para subsequente, até dias antes das eleições municipais, os limites critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

§1°.Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quórum e ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§2°.A mesma Lei que fixará os subsídios dos Vereadores fixará também o valor da parcela indenizatória, a ser paga aos Vereadores, por sessão extraordinária,

Observando o limite estabelecido na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.

§3°. Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão extraordinária mais de por dia, qualquer que seja a sua natureza, nem mais de 04 (quatro) por mês.

Art. 84°. Os subsídios e a parcela indenizatória fixada na forma do artigo anterior, poderão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.

§1°. Na fixação dos subsídios de que trata o "caput" deste artigo e na revisão anual prevista no parágrafo anterior, além de outros limites previstos na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica, serão ainda observados o seguinte:

I - subsídio máximo do vereador corresponderá a:

a) 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de até dez mil habitantes
b) 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de dez mil e um a cinquenta mil habitantes;
c) 40% (quarenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de cinquenta mil e um a cem mil habitantes;
d) 50% (cinquenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município, for de 100 mil e um a trezentos mil habitantes;

II - o total da despesa com o subsídio e a parcela indenizatória previstos nesta Lei não Poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal previsto em lei complementar federal.

§2°. Para os efeitos do inciso II do parágrafo anterior, entende-se como receita do Município, o somatório de todas as receitas, exceto:

I -a receita de contribuição de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e destinados a seus servidores;

II - operações de crédito;

III - receita de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.

TITULO IV

Das Proposições e da sua Tramitação

CAPÍTULO I

Das modalidades de Proposição e de sua Forma

Art. 85°. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 86°.São modalidades de proposição:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;
II - projeto de Lei complementar;
III - projetos de Lei;
IV -projetos de decreto legislativo;
V - projetos de resolução;
VI - projetos substitutivos;
VII - emendas e subemendas;
VIII – vetos;
IX - pareceres das Comissões Permanentes;
X-relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
XI indicações;
XII requerimentos;
XIII representações;

Art. 87°. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional na ortografia oficial pelo seu autor.

§1°. Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira

§2°. Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.

Art. 88°. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 89°. As proposições consistentes em Projetos de Lei, de Decreto Legislativo, de Resolução ou de Projeto Substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa por escrito.

Parágrafo Único - Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objetivo

CAPÍTULO II

Das proposições em espécie

Art. 90°. Toda a matéria de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de Lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o

relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não seja competente para deliberar.

§1°.Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e tenham efeito externo, como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II -aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;

III - representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança de nome da sede do Município;

IV - mudança do local de funcionamento da Câmara;

V - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.

§2°.Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II -concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;

IV - conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua organização, economia interna, de caráter geral ou normativo.

Art. 91°. A iniciativa dos projetos de Lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional legal ou deste Regimento.

Parágrafo Único - O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das Leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 92°. Substitutivo é o projeto de Lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único - Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 93°. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;

§2°.Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;

§3°. Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§4°. Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada a outra;

§5°.Emenda modificativa é a que visa alterar a redação de outra;

§6°.A Emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 94°. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 95°. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre a matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo Único - O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

Art. 96°. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único - Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 97°. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

Art. 98°. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§1°.Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - permissão para falar sentado;

III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposição regimental;

V - retirada, pelo autor, de proposição ainda não escrita na Ordem do Dia;

VI - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

VII - justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII - verificação de quórum;

IX – licença de Vereador para ausentar-se da sessão;

§2°.Serão igualmente verbais e sujeitas as deliberações do Plenário os requerimentos que solicitem:

I-prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;

II - dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;

III - destaque de matéria para votação;

IV-votação a descoberto;

V-encerramento de discussão;

VI - inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VII- votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;

VIII - impugnação ou retificação da ata;

IX - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;

X - dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis.

XI-declaração em Plenário de interpretações do Regimento.

§3°.Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I - audiência de Comissão Permanente;

II -juntada de documentos a processo ou desentranhamento;

III - transcrição integral de proposição ou documento e ata;

IV - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

V - anexação de proposições com objeto idêntico;

VI- informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;

VII-constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;

VIII - retirada de proposição já escrita na Ordem do Dia;

IX – convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em plenário.

Art. 99°. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando à destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único - Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPITULO III

Da Apresentação das Proposições

Art. 100°. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, exceto nos casos previstos no art. 88, VIII, IX e X, deverá ser apresentada

Com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 101°. Os projetos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara do

Art. 102°. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 horas a início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar do projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§1°. As emendas à proposta orçamentária, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças e Orçamento.

§2°. As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 dias à Comissão de Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 103°. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 104°. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:

I - em matéria que não seja de competência do Município;

II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III -que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

IV -que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;

V -que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo e tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

VII - que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 87 a 91 deste Regimento;

VIII – quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX quando a deliberação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X - quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI - quando o substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo Único- Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Justiça e Redação Final, para o devido parecer.

CAPITULO IV
Retirada de Proposições

Art. 105°. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I - quando de autoria de um, com apoio de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;

II - quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III - quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;

IV - quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

§1°.O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.

§2°. Se a proposição ainda estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário.

§3°.A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

Art. 106°. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I-as de iniciativa das Comissões Especiais;

II-as de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III-as de iniciativa do Executivo sujeitas à deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo Único - O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retratação.

Art. 107°. Os requerimentos a que se refere o **§ 1°** do art. 100 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.

CAPITULO V

Da Tramitação das Proposições

Art. 108°. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando disposto neste Capítulo.

§1°. Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda a matéria com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será fotocopiada a todos os Vereadores, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão.

§2°. A falta de entrega de cópia ao Vereador no prazo previsto no 1°, só será suprida se a cópia for entregue e aceita pelo Vereador, antes do início da sessão.

Art. 109°. Quando a proposição consistir em projeto de Lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo 1° Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§1°. No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada comissão ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§2°. Nenhuma proposição salvo as indicações, os requerimentos e os casos previstos neste Regimento, poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.

Art. 110°. As emendas e subemendas, serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art. 111°. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinente encaminhada a Comissão de Justiça e Redação Final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto observado o disposto no art. 61 deste Regimento.

§1°.A **apreciação do veto** pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio aberto.

§2°. Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§3°.A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§4°. Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 112°. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 113°. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Parágrafo Único – No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art. 114°. Os requerimentos que se referem os §§ 1° e 2° do art. 100, serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3° do art. 100, com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.

Art. 115°. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

CAPITULO VI

Do Regime de Urgência

Art. 116°. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§1°. O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo neste Regimento, e a não concessão de vistas.

§2°. Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.

§3°. O regime de urgência simples implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em seguida prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 117°.A concessão de urgência especial dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda, por proposta a maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

§1°. O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§2°. Concedida a urgência especial, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.

Art. 118°. O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário através de requerimento verbal de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único - Serão incluídos no regime de urgência simples independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - a proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - os projetos de Lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III - o veto quando escoados 2/3 do prazo para sua apreciação.

Art. 119°. As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no título IV deste Regimento.

Art. 120°. Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua tramitação.

TITULO V

Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I

Das Sessões em Geral

Art. 121°. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso, às mesmas, do público em geral.

§1°. Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se-á publicar a pauta ou o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial caso haja determinação prévia da Mesa Diretora.

§2°. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

I – apresente-se convenientemente trajado;

II – não porte arma;

III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV – não manifeste apoio ou desaprovação sobre qualquer matéria, em discussão no Plenário que atrapalhe os trabalhos legislativos.

V – atenda às determinações do Presidente.

§3°. O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o sempre que a implantação da ordem.

Art. 122°. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno.

Parágrafo Único - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara

Art. 123°. A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação de 23 dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja necessário sigilo a preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único - Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 124°.A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão pelo menos 1/3 dos Vereadores que a compõem, não podendo contudo deliberar sobre nenhuma matéria, sem que estejam presentes a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único- o disposto neste artigo não se aplica ás sessões solenes e de instalações, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 125°. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada, acompanhados pela Assessoria da Mesa, através de determinação expressa do Presidente.

§1°. A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§2°. Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo, após lhe se facultada palavra pelo Presidente da Casa.

CAPÍTULO II

Das Atas das Sessões

Art. 126°. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§1°. As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata com menção da respectiva numeração e objeto e as demais proposições e documentos da mesma forma a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§2°. A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida e votada com discussão na sessão subsequente.

§3°. A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação aprovado pelo Plenário.

§4°. Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão, equívoco ou folha.

§5°.Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§6°.Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§7°. Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, se incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§8°.Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo 1° e 2 Secretários.

§9°. Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§10°. A ata de sessão secreta, será lavrada pelo 1° Secretário, lida e aprovada a mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 dos Vereadores

Art. 127°. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPITULO III
Das Sessões ordinárias

Art. 128°. As sessões ordinárias serão semanais devendo ocorrer na segunda-feira de cada semana, duração de até 03 (três) horas iniciando-se às 16:00 com horas.

§1°. A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo

tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.

§2°. O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§3°. Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorroga-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.

§4°. Havendo 02 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação se votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.

Art. 129°. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Considerações Finais.

§1°. No início dos trabalhos, feito a chamada dos Vereadores pelo Primeiro Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§2°. Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art. 130°. O Pequeno Expediente terá duração de 30 minutos e se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo e indicações devidamente apresentadas, obedecida a ordem de leitura dos expedientes:

I - expedientes oriundos do Prefeito;

II - expedientes oriundos de diversos;

III - expedientes apresentados por Vereador;

IV – indicações;

§1°. O tempo restante do Pequeno Expediente será adicionado ao Grande Expediente e assim sucessivamente até o de Considerações finais.

§2°. O vereador só poderá falar no Pequeno Expediente, após a leitura da ata, solicitando a palavra "pela ordem". Para comunicar falecimento, renúncias ou solicitar retificação da ata, não podendo ser interrompido ou aparteado.

Art. 131°.O **Grande Expediente** terá duração de 45 minutos e se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, e votação de requerimentos e indicações sujeitas deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para o uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.

§1°. A leitura das matérias no Grande Expediente pelo l° Secretário obedecerá seguinte ordem:

I - projeto de lei complementar;

II -projeto de lei ordinária;

III – veto;

IV - projeto de decreto legislativo;

V - projeto de resolução;

VI - demais proposições;

§2°. O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 132°. A **Ordem do Dia** terá duração de 60 minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§1°. Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

§2°. Na ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§3°. Não se verificando quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§4°. A ausência às equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legitima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

§5°. O Presidente determinará ao 1° Secretário a leitura de proposição:

I - constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa, conforme disposto no parágrafo 2° do art. 43 deste Regimento;

II - sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§6°. A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

I - matérias em regime de urgência especial;

II - matérias em regime de urgência simples;

III – vetos;

IV - matérias em discussão única;

V - matérias em segunda discussão;

VI-matérias em primeira discussão;

VII - recursos;

VIII - demais proposições;

§7°. As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.

§8°. O 1° Secretário procederá a leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

§9°. Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início da sessão, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.

§10°. Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte e em seguida concederá a palavra para as

Considerações finais aos que tenham solicitado durante a sessão ao 1° Secretário, observada a ordem da inscrição e o prazo regimental.

Art. 133°. As **Considerações Finais** terão a duração de 45 minutos e destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por 5 (cinco) minutos. Facultando 1/3 a mais do tempo aos líderes.

§1°. A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.

§2°. Não havendo mais oradores para falar nas Considerações Finais, ou se ainda os houver, e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV
Das Sessões Extraordinárias

Art. 134°. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§1°. A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 130 e seus parágrafos, no que couber.

§2°. Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 135°. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 41 deste Regimento Interno.

Art. 136°. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

Parágrafo Único - Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes a mesma.

Art. 137°. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 128 e seus parágrafos.

Parágrafo Único- Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPITULO V
Das Sessões Solenes

Art. 138°. As **sessões solenes** realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§1°. As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§2°. Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, associações e fundações sempre a critérios do Presidente da Câmara.

Art. 139°. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.

Parágrafo Único - Nas sessões solenes não haverá Expediente nem ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

TITULO VI
Das Discussões e Deliberações

CAPÍTULO I
Das Discussões

Art. 140°. Discussão é o debate de proposição figurante na ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§1°. Não estão sujeitos à discussão:

I - as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 115;

II - os requerimentos mencionados no art. 100, §§ 1° e 2°;

III - os requerimentos mencionados no art. 100, § 3°, I a V;

§2°. O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objetivo idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III - de emenda ou subemenda idêntica à outra já aprovada ou rejeitada;

IV - de requerimento repetitivo;

§3°. A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

§4°. As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudica a apresentação de emendas.

Art. 141°. Terão uma única discussão as seguintes proposições:

I-as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II-as que se encontrem em regime de urgência simples;

III-os projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV -o veto;

V - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI-os requerimentos sujeitos a discussão;

VII-as emendas.

Art. 142°. Terão 02 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo anterior;

§1°. Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

§2°.É considerada aprovada toda proposição submetida a duas discussões, sempre que a mesma for aprovada na Segunda discussão, mesmo que na primeira tenha sido rejeitada.

Art. 143°. A discussão será eleita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§1°.O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.

§2°. Quando tratar-se de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário;

§3°. Quando tratar-se de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em primeira discussão.

Art. 144°. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Parágrafo Único- Na hipótese do "caput"deste artigo sustar-se-á a discussão, para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes afetas à matéria, salvo se o plenário dispensar o parecer. A

Art. 145°. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único- o disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

Art. 146°.O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1°.O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§2°. Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§3°.Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§4°.O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.

Art. 147°. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I - pela ausência de oradores;

II - por decurso de prazos regimentais;

III - por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

CAPITÚLO II

Das Disciplina dos Debates

Art. 148°. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I - falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - não usará da palavra sem solicitar e sem receber o consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;

IV - referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.

Art. 149°. Ao vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará não poderá:

I - usar a palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender as advertências do Presidente;

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art. 150°. O Vereador somente usará da palavra:

I - no expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto,

III - para apartear na forma regimental;

IV – para explicação pessoal;

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI -para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre;

Art. 151°. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação de sessão;

V - para atender o pedido de palavra "pela ordem", sobre questão regimental.

Art. 152°. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I-ao autor da proposição em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

V -alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.

Art. 153°. Para o **aparte,** ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III -não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV - o aparteante permanecerá de pé enquanto aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 154°.Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II - 05 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, falar no Grande Expediente, nas Considerações Finais e proferir explicação pessoal;

III - 10 (dez) minutos para discutir Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou Resolução, artigo isolado de proposição e Veto;

IV - 15 (quinze) minutos para discutir a proposta a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.

Parágrafo Único- Não será permitida a sessão de tempo de um para outro orador.

CAPÌTULO III

Das Deliberações e Votações

SEÇÃO I

Do Quórum Das Deliberações

Art. 155°. As deliberações da Câmara salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

Art. 156°.Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em Lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

I-código tributário do Município;

II - código de obras;

III - código de posturas;

IV - plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

V - Lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VI - Lei instituidora da guarda municipal;

VII - perda de mandato de Vereador;

VIII - criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;

IX - fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

X - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município.

Parágrafo Único - Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 157°.Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I - Regimento Interno da Câmara;

II - concessão de serviços públicos;

III - concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;

IV - alienação de bens imóveis do Município;

V-aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

VI-denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

VII - concessão de títulos honoríficos e honrarias;

VIII - concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;

IX -transferência da sede do Município;

X - rejeição do parecer prévio do TC/RN, sobre as contas do Município;

XI - alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;

XII - criação, organização e supressão de distritos;

XIII - o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade;

Art. 158°. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no art. 134, § 4°, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

Art. 159°. O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quórum.

§1°. No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.

§2°. Na hipótese do parágrafo anterior, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 160°. Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.

Art. 161°. A deliberação realiza-se através da votação.

Parágrafo Único - Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

SEÇAO II

Das Votações

Art. 162°. Ressalvadas as exceções prevista neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único - Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.

Art. 163°. O voto será aberto.

I - nas deliberações sobre as contas do Município;

II - nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereador e Prefeito.

Art. 164°. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

§1°O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor o contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem respectivamente.

§2° O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto secreto, o qual será através de cédulas, por acordo da maioria absoluta dos integrantes desta Casa.

Art. 165°. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§1° Do resultado da votação simbólica qualquer vereador poderá requerer verificação mediante nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§2° Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§3°O Presidente em caso de dúvida, poderá, de oficio, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art.166°. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quórum de maioria absoluta e dois terços

Art. 167°. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único - Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 168°. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus copartidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo Único - Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Município, de processo cassatório ou de requerimento.

Art. 169°. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo Único - Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 170°. Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único -Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art. 171°. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 172°. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste m indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito matéria.

Parágrafo Único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 173°. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 174°.Concluída a votação de Projeto de Lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de Projetos de Lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção

Vernácula, sendo em seguida encaminhada à Mesa que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.

§1°. Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

§2°. Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade linguística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo 1/3 dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem 2/3 dos componentes da edilidade.

Art. 175°. Aprovado pela Câmara um Projeto de Lei, será enviado ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto, uma vez expedido os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único –Os originais dos Projetos de Lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Da Elaboração Legislativa Especial

SEÇÃO I

Do Orçamento

Art. 176°. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento, apara recebimento de emendas nos 10 (dez) dias seguintes.

Art. 177°. A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20(vinte) dias, sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluído como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 178°. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifesta-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.

Art. 179°. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporação ao texto, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em seguida reincluída imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 180°. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

SEÇAO II

Das Codificações e dos Estatutos

Art. 181°. Os projetos de codificações e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emendas e sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.
§1°.A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa especifica, ficando nesta hipótese suspensa à tramitação da matéria.
§2°. A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.
§3°. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e os autores das emendas.

§4°. Aprovada em primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 (cinco) dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para a deliberação final.

CAPITULO II

Do julgamento das Contas

Art. 182°. Recebido o parecer prévio do TC/RN, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Prestação de Contas, que terá 20 (vinte) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado o projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

§1°. Até 07 (sete) dias depois do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.
§2°. Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 183°. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto assegurado no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

Art. 184°. Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio Tribunal de Contas do Estado, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

Art. 185°. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em 30 minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

CAPÍTULO III

Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 186°. A Câmara poderá convocar os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

TITULO VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

Capítulo I

Das Interpretações e dos Precedentes

Art. 187°. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.
Parágrafo Único – Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos**.**

Art. 188°. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Seção Única

Da Ordem

Art. 189°.Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.
§1°. As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.
§2°. O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.
§3°. Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor- se à decisão ou criticá-la.
§4°. Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

Art. 190°. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra "pela ordem", para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art. 191°. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 192°. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.

Art. 193°. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:
I - da maioria absoluta dos Vereadores;
II - da Mesa em colegiado;

III - de uma das Comissões Permanentes da Câmara.

Art. 194°. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.
§1°. Caberá ao 1° o Secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.
§2°.O Regulamento Interno obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:
I -descentralização e agilização de procedimentos administrativos;
II - orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal.
III - Adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

Art. 195°. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos, deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

Art. 196°. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros
I - de atas das sessões;
II – de atas das reuniões das Comissões;
III - de atas das reuniões da Mesa;
IV - de Registro de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções;
V -de termos de posse de funcionários;
VI - de declaração de bens dos Vereadores;
VII-de termo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
VIII - de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito;
IX -de precedentes regimentais;
§1°. Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.
§**2°.**Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente, bem como por mídias digitais, devendo as atas das Sessões ordinárias e Extraordinárias obrigatoriamente serem catalogadas de forma digitalizada.

TÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 197°. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 198°. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 199°. Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 200°. Lei complementar sobre infrações político-administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderão ser votadas através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da bancada, desde que observados os princípios e normas gerais da legislação federal específica.

Art. 201°. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer Projetos de Resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 202°. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Poder Legislativo de Nísia Floresta/RN, em 14 de novembro de 2005.

CID CARVALHO FERREIRA
PRESIDENTE

PEDRO ANTONIO DE MESQUITA
VICE-PRESIDENTE

JORGE JANUÁRIO DE CARVALHO
SECRETÁRIO

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO

ÍNDICE

Da Câmara Municipal....03
Das Disposições Preliminares 03
Das Sessões Preparatórias e da Posse 04
Da Sessão de Instalação e Posse 04
Da inauguração da Sessão Legislativa Anual 06
Dos Órgãos da Câmara Municipal 06
Da Mesa da Câmara 06
Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa 06
Da Competência da Mesa 08
Da Competência Específica dos Membros da Mesa 09
Das Atribuições do Plenário 13
Das Comissões 14
Disposições Gerais 14
Das Comissões Permanentes 15
Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes 16
Do Funcionamento das Comissões Permanentes 17
Da Competência Específica de Cada Comissões Permanente 18
Das Comissões Especiais Processantes e de Representação 20
Das Comissões Parlamentares de Inquérito 21
Dos Vereadores 23
Disposições Preliminares 23
Do Exercício da Vereança 24
Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro 24
Das Penalidades por Falta de Decoro 25
Da Suspensão do Exercício da Vereança 27
Do Processo Destituitório 27
Das Licenças, das Vagas 28
Dos Líderes 29
Das Incompatibilidades e Impedimentos 29
Dos Subsídios dos Vereadores 30
Das Proposições e da sua Tramitação 31
Das Modalidades de Proposição e de sua Forma 31
Das Proposições em Espécie 32
Da Apresentação das Proposições 35
Retirada de Proposições 36
Da Tramitação das Proposições 37
Do Regime de Urgência 39

Das Sessões da Câmara 40
Das Sessões em Geral 40
Das atas das Sessões 41
Das Sessões Ordinárias 42
Das Sessões Extraordinárias 45
Das Sessões Solenes 45
Das Discussões e Deliberações 46
Das Discussões 46
Da Disciplina dos Debates 48
Das Deliberações e Votações 50
Do Quórum das Deliberações 50
Das Votações 51
Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle 54
Da Elaboração Legislativa Especial 54
Do Orçamento 54
Das Codificações e dos Estatutos 55
Do Julgamento das Contas 55
Da convocação dos Secretários Municipais 56
Do Regimento Interno e da Ordem Regimental 56
Das Interpretações e dos Precedentes 56
Da Ordem 56
Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma 57
Das Disposições Geral e Transitórias 58